

AS TRÊS FASES DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS PORTUGUESAS NO PÓS-GUERRA

The three phases of the Portuguese International Migration in the post-war
Las tres fases de la Migración Internacional Portuguesa en la posguerra

João Carlos Jarochinski Silva

Universidade Federal de Roraima-Relações Internacionais

jcsilva98@hotmail.com

Resumo

O objetivo do artigo é destacar a lógica migratória em Portugal, um país marcado pelo predomínio de levas emigratórias. Entretanto, com o fim do Império Colonial, com a redemocratização e com a entrada na Comunidade Europeia, passou a receber levas de imigrantes, notadamente das ex-colônias, em busca de melhores oportunidades nesse país que demonstrava oportunidades para que esses migrantes se estabelecessem e melhorassem de vida. Nos anos 1990, além dos imigrantes das ex-colônias, começaram a chegar grupos de outras localidades, com destaque para pessoas vindas do Leste Europeu e da Ásia. O texto dividirá essas migrações do período do pós-guerra em três fases distintas, importantes para se analisar os impactos que os movimentos migratórios no contexto do país e em termos populacionais.

Palavras-chave: Migração Internacional; Portugal; História.

Abstract

The article aims to show the migration logic in Portugal, a country marked by emigration flows. However, with the end of the Colonial Empire, the re-democratization and its entry into the European Community, Portugal has started to receive immigrants, mainly from its former colonies, in search of better opportunities in a country that showed favorable circumstances for said immigrants to settle and improve their lives. In the 1990s, besides the immigrants from former colonies, groups from other locations started to arrive, especially people from Eastern Europe and Asia. The text divides the postwar migration period in three distinct phases to analyze the impacts that migration movements in the context of the country and in terms of population.

Keywords: International Migration; Portugal; History.

Resumen

El artículo tiene como objetivo mostrar la lógica de la migración en Portugal, un país marcado por los flujos de emigración. Sin embargo, con el fin del imperio colonial, la redemocratización y su entrada en la Comunidad Europea, Portugal ha comenzado a recibir inmigrantes, principalmente de sus antiguas colonias, en busca de mejores oportunidades en un país que mostraron circunstancias favorables para los inmigrantes para resolver y mejorar sus vidas. En la década de 1990, además de los inmigrantes de las antiguas colonias, grupos de otros lugares comenzaron a llegar, especialmente de la Europa del Este y Asia. El texto se divide la migración del período de posguerra en tres fases distintas, importantes para analizar los impactos que los movimientos migratorios en el contexto del país y en términos de población.

Palabras clave: Migración Internacional; Portugal; Historia.

Introdução

O objetivo desse artigo é compreender as migrações internacionais portuguesas no período do pós-guerra, por meio de uma pequena incursão histórica sobre as diferentes fases que marcam a migração em Portugal.

No texto não se discutirá a inserção de Portugal num modelo global de imigração, pois, conforme salienta Ribas Mateos (2004, p. 58-59), com base nos ensinamentos de Portes, não há a possibilidade de uma teoria global, impedindo, obviamente, a criação de um modelo migratório global.

No hay una teoría global de inmigración. El interés teórico por la elaboración de una teoría global de la inmigración encuentra notables límites. Según Portes, no existe ningún peligro en que alguien trate de construir una teoría general sobre la inmigración, pero argumenta que dicha tarea es posible. La explicación consiste en que las diferentes áreas que componen este ámbito son tan dispares que sólo podrían unirse en un nivel excesivamente abstracto y probablemente vacío. Según este autor, no se puede obviar la división entre las cuestiones macroestructurales, como el papel de la expansión del capitalismo global en el impulso de los flujos migratorios o el poder del estado en la regulación de esos movimientos, y los aspectos microestructurales, como los efectos de las redes comunitarias en las decisiones individuales con respecto a la emigración.

Portanto, a validade desse artigo é justamente o fato de discutir um contexto migratório específico, o de Portugal, destacando suas características e não se preocupar em encontrar entre essa trajetória um paralelo com as dinâmicas migratórias de outros países, pois isto estabeleceria generalizações absolutamente inócuas para o estudo das migrações. Apesar dessa escolha, o artigo não possui condições de esgotar as diversas

dinâmicas migratórias marcantes na história portuguesa, cujo objetivo é permitir ao leitor compreender e relacionar as mudanças pelas quais passou Portugal em suas dinâmicas migratórias.

Esclarecendo tal ponto, destaca-se também a adoção do referencial que divide a migração em Portugal em três fases (MALHEIROS, 2005). A primeira delas seria de emigração, a segunda da imigração de países lusófonos e a terceira, a nova imigração, com a grande presença de pessoas originárias da Europa do Leste. Vale destacar que essas fases se desenvolvem a partir da Segunda Guerra Mundial, mas com surgimentos e ápices distintos em termos de tempo histórico. Porém, o fato de se desenvolverem a partir da segunda metade do século XX, fez com se excluíssem os períodos anteriores, pois os impactos dos movimentos migratórios anteriores à Segunda Guerra são diminutos no cenário de Portugal Contemporâneo e na sua dinâmica demográfica.

Há também a necessidade de reforçarmos o fato de que as três fases, apesar de serem expressas dessa forma por conta de suas especificidades, possuem conexões entre si fundamentais para a análise do que se passa em Portugal. Portanto, procurar-se-á reforçar o caráter integrador de todas as fases para um quadro mais completo do sistema.

A primeira fase

Sob uma perspectiva cronológica, a primeira fase que se desenvolve é a da emigração. O período entre os anos 1950 e 1970 seria o seu apogeu. Tal movimento foi dominado na década de 1950 pela ida de portugueses para o Brasil,¹ mas, já no início da década de 1960, o Centro e o Norte da Europa tornam-se os locais mais atrativos, principalmente a França, por conta da necessidade de mão de obra nessas localidades.

O fator de atração estava dado, pois essas regiões precisavam de trabalhadores, principalmente para os setores menos qualificados. Já o fator de expulsão está associado à realidade econômica² e social portuguesa no período. As taxas de crescimento vegetativo mostravam-se elevadas, trazendo como consequência um aumento do exército de reserva, notadamente para setores não qualificados, pois os investimentos educacionais eram pequenos. No setor produtivo, o país era marcado pelo domínio de setores de baixa produtividade, geralmente do setor primário, apesar do início de abertura econômica e da implementação de algumas atividades de grande produtividade. Essas mudanças estruturais também tiveram

¹ Padilla e Ortiz (2012, p. 161) trabalham com um outro referencial, pois destacam uma imigração para o Brasil até o fim da Segunda Guerra Mundial. Com relação à primeira leva europeia, elas estão de acordo com os marcos referenciais estabelecidos nesse trabalho, só acrescentando que, além da França, a Alemanha Ocidental também foi um dos destinos mais procurados pelos portugueses, o que se classifica como a primeira vaga dentro da Europa.

² Klein (2000, p. 14) salienta o papel da situação econômica para entendermos os fatores de expulsão: “Uma vez que as condições econômicas constituem o fator de expulsão mais importante, é essencial saber por que mudam as condições e quais são os fatores responsáveis pelo agravamento da situação crítica que afeta a capacidade potencial dos emigrantes de enfrentá-la”. Entretanto, eles não são o único e podem nem ser os responsáveis por certos movimentos migratórios, como o dos refugiados.

o impacto de contribuir para o desemprego, fenômeno só combatido internamente pela guerra colonial e pela emigração. O cenário ditatorial também contribui para esse movimento, pois há perseguição a certos elementos emigrantes por conta da procura de asilo³ (MALHEIROS, 2005).

Médias anuais	Brasil	França	Outros países da Europa	Outros Países	Total
1955-1959	18292	3786	132	10888	33098
1960-1964	11658	23047	2450	12350	49505
1965-1969	2996	70566	12692	23765	110019
1970-1974	1129	83370	27662	21402	133563

Tabela realizada com os dados descritos por Malheiros (2005, p. 254)

Conforme os dados da tabela demonstram, essa fase marca o declínio da procura pelo Brasil e o aumento, já destacado, do interesse na imigração para a França e para outros destinos europeus, como Alemanha, Suíça, Holanda, Luxemburgo e Reino Unido. Vale ainda ressaltar, apesar de não estar em um campo específico na tabela, que nos últimos dez anos do período assinalado, há o aumento do número de portugueses que se dirigem para os Estados Unidos e Canadá.

A segunda fase

O período seguinte, principalmente a segunda metade dos anos 1970, marca a ascensão de movimentos de imigração. Apesar de Portugal continuar a ser um país de emigração, pois esse movimento não se interrompeu, inclusive em grande parte com a permanência dos destinos já assinalados, há um fator novo, o qual explica o aumento da imigração, que são os retornados das antigas colônias em África. São 471 mil retornados, que representavam naquele momento 4,8% da população em Portugal. A grande maioria dos retornados é de Angola (61%) e Moçambique (34%).

Entretanto, tal retorno não permite afirmar que Portugal passou a ser um país característico de imigração, isto é, um país atrativo de pessoas, apesar do retorno dessas milhares de pessoas ter influenciado as levadas migratórias seguintes (PADILLA; ORTIZ, 2012, p. 162). Conforme destacam Pires e outros (2010, p. 50), trata-se de um repatriamento. Os retornados marcam um contexto muito específico, pois, eram, antes do fim do Império Colonial, juridicamente, cidadãos portugueses. Muitos obtiveram essa condição por conta da nacionalidade; outros serão desprovidos da nacionalidade portuguesa, tendo de obter a cidadania por distintos processos, como a naturalização.

³ Vale destacar que o cenário de pedido de refúgio para a situação portuguesa ainda era bastante diminuto por conta do tempo da implementação do Protocolo de 1967. Portanto, basicamente, funcionavam os limites temporais do Estatuto de 1951.

Nesse período de domínio de movimentos de repatriamento, há um único grupo que quebra essa lógica, os cabo-verdianos.⁴ Eles começam a chegar a Portugal na década de 1970 para atenderem a necessidade de mão de obra de setores que deixaram de ser atrativos para certas parcelas da população portuguesa, apesar do cenário de desemprego que afligia o país.

Os anos 1980 marcaram o aumento da imigração para Portugal, principalmente de pessoas oriundas dos PALOP⁵, notadamente de Angola e de Guiné-Bissau. Porém, mesmo com o predomínio desses grupos, observa-se um processo de diversificação dos grupos migrantes, especialmente com a presença mais efetiva de brasileiros,⁶ chineses e indianos. Os grupos do PALOP e os brasileiros eram absorvidos pelas necessidades dos setores não qualificados dos serviços⁷ e da construção civil. Nesse período, os imigrantes se tornam mais evidentes aos olhos da população portuguesa, destacadamente na Área Metropolitana de Lisboa, onde a maioria possui domicílio e nas redes sociais estabelecidas entre os estrangeiros.

Conforme Bógus (2007, p. 47):

Até final dos anos 80, a população não-europeia que imigrou para Portugal prolongava, em larga medida, os fluxos herdados do período imediatamente pós-descolonização, que tinham origem nas ex-colônias portuguesas de África, com destaque para Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. É verdade que, desde a primeira metade dos anos 80, se notava um crescente papel do mercado de trabalho português na atracção de novos imigrantes e que ia ocorrendo uma progressiva diversificação nas origens, tanto a nível geral (crescimento mais acentuado do número de Chineses e Indianos, após a segunda metade dos anos 80), como no próprio grupo dos países africanos de expressão portuguesa (redução do peso relativo dos cabo-verdianos, crescimento dos restantes).

Os europeus imigrantes também fazem-se presentes em Portugal durante o período dos anos 1980, principalmente alemães, espanhóis, franceses e ingleses. O número desses imigrantes no total da população estrangeira ainda era significativo e os motivos pelos quais eles realizaram essa movimentação são variados, indo desde populações ativas que assumiam cargos de chefia em empresas. Outros exerciam alguma profissão, como médicos ou enfermeiros, e ainda existia o grupo dos aposentados à procura de um local com clima mais ameno. Destaca-se, ainda, que apesar de nessa década ocorrer o arrefecimento dos números em comparação com as três décadas anteriores, havia um contingente expressivo de portugueses emigrantes. Entre 1980 e 1988 são mais de 30 mil.

Já a década seguinte reforçaria a presença de imigrantes vinculados ao passado colonial, principalmente nos últimos cinco anos, quando ocorreram diversos investimentos em obras de infraestrutura

⁴ Há também a presença de indivíduos oriundos de outros PALOP, mas que não se destacam como os cabo-verdianos.

⁵ Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

⁶ Essa seria a segunda leva de brasileiros para Portugal.

⁷ Deve-se mencionar, também, o caso dos emigrantes brasileiros de qualificação elevada e formações profissionais específicas, que se dirigem a determinados países respondendo à procura do mercado de trabalho. Isso ocorreu, no caso de Portugal, com os dentistas ou os profissionais de marketing e decoração de interiores, durante a década de 1980 (BÓGUS, 2007, p. 40).

e a montagem dos espaços da EXPO 98. Entretanto, apesar desses investimentos terem aumentado o fluxo de imigrantes na década 1990, nos primeiros anos do período, por conta da crise vivenciada pelo país, há um número significativo de pessoas que emigram.

Malheiros (2005) apresenta dados revelando um aumento significativo desses emigrantes em comparação com a década anterior, pois, entre 1992 e 2000, os números eram na casa dos 90 mil. Já King e Ribas Mateos (2005, p. 203) falam em 300 mil emigrantes entre 1991 e 2001. Independente de os valores mostrarem-se muito discrepantes, é importante realçar que a característica emigratória permanece no país. Esse movimento que tem início na década de 1980, e que se prolonga durante a década de 1990 e início dos anos 2000, seria a segunda leva interna na Europa.

Segundo Padilla e Ortiz (2012), a segunda vaga europeia é marcada pela adesão do país à Comunidade Europeia e cria novos destinos e modalidades migratórias. Merecem destaque locais como a Suíça, a Espanha e Andorra, em empregos com contratos temporários e precariedade nas condições de trabalho.

Porém, essa mudança, em relação ao destino dos emigrantes portugueses, também se fez acompanhar pelo aumento de locais de origem dos imigrantes que escolheram Portugal como destino. Conforme Bógus (2007, p. 49):

a par de toda essa nova diversidade tornada mais evidente em finais dos anos 90, as principais mudanças observadas em Portugal no período de transição do milénio diziam respeito ao enorme crescimento do número de estrangeiros não-comunitários e ao significativo incremento do peso dos trabalhadores indocumentados, sobretudo não qualificados ou com pouca qualificação, entre os quais se incluíam muitos brasileiros.

Tal realidade nova insere Portugal no contexto destacado pela ONU em seu relatório do Fundo das Nações Unidas para a População em 1993, o qual destacava que as migrações seriam o grande problema da transição para o século XXI (Bógus, 2007, p. 39). Esse elemento trouxe no final da década um diferente fator ao sistema migratório português conforme relata Malheiros (2005, p. 255-256):

Após 1998-1999 podemos considerar uma segunda fase na imigração para Portugal. Esta fase corresponde à mudança súbita e significativa associada à chegada de milhares de imigrantes vindos da Europa de Leste, especialmente da Ucrânia, Rússia, Moldávia e Roménia, que na sua maioria entraram no país sem os documentos necessários. [...] Esta última vaga coloca Portugal no sistema de migrações internacionais contemporâneo, em que a ação altamente estruturada dos traficantes e das “empresas de auxílio à imigração” substitui os efeitos de vizinhança ou o papel dos laços sociais (redes de migrantes, proximidade cultural associada a um passado colonial...) e as necessidades não regulamentadas dos empregadores justificam as chegadas de imigrantes, acentuadas pelos efeitos negativos (nomeadamente no emprego e nos salários) da transposição política e económica na Europa de Leste.

Sem dúvida, isso se configura como um fato novo, entretanto, não significa que Portugal deixou de estar inserido em uma lógica própria, na qual os membros do PALOP e do Brasil continuam a configurar com números significativos dentro dos grupos imigrantes, ou o fato de os portugueses terem deixado de emigrar. Deve-se salientar no trecho citado a entrada na lógica migratória internacional, inclusive com o

smuggling e o tráfico,⁸ o que representa o surgimento de novos desafios, mas que não eliminam o cenário anterior. Isto é, confere características únicas ao contexto migratório português.

A terceira fase

O que ocorre é que na virada do Milênio, Portugal enquanto destino torna-se parte da lógica de movimentação dos imigrantes pelo mundo, onde, conforme destacado no relatório da ONU de 1993 acima citado, a pobreza e a falta de segurança social faz com que, em alguns casos, a migração seja a única alternativa para a garantia de sobrevivência ou da realização dos ideais de ascensão social. Trata-se do reforço da argumentação a qual salienta que

As migrações constituem cada vez mais uma forma de reajustamento dos desequilíbrios crescentes entre regiões ricas e regiões pobres, em termos de rendimento por habitante, esperança de vida, nível de educação e de exposição a todo o tipo de riscos relacionados com a conjuntura política, económica e social. (MOTA, 2011, p. 6)

Entretanto, existem outros fatores que também devem ser levados em consideração, quando se pensa nos fatores de repulsão, ou os fatores que geram fluxos emigratórios, conforme a tabela a seguir explicita.

Tabela 2 – Fatores que provocam fluxos emigratórios na atualidade
Uma alternativa de sobrevivência ou de ascensão social
A ocorrência de altas taxas de desemprego nos países de origem dos emigrantes, aliada à existência de recursos para a mobilidade e à expectativa de melhores oportunidades nos países de destino
A existência de uma “colônia” nos países de destino, facilitando o acesso a emprego e habitação
A disposição dos imigrantes para aceitar trabalhos “desagradáveis” ou “sujos”, o que explica o facto de conseguirem emprego, mesmo em situação de desemprego crescente
O papel do Estado na regulação da oferta de mão-de-obra e na elaboração de políticas migratórias

Tabela elaborada com base nos dados ofertados por Bógus (2007)

Além disso, há que se salientar que:

⁸ Segundo Reis (2006, p. 33) a “diferença entre tráfico e *smuggling* é que o tráfico se refere a um processo de imigração que envolve coerção, e o *smuggling* é a facilitação do movimento ilegal de pessoas pelas fronteiras”.

todos estes factores devem ser necessariamente considerados e dizem respeito ao conjunto das condições histórico-sociais em que se inscrevem os movimentos migratórios. Cada um dos factores mencionados pode actuar, conjunta ou isoladamente, com intensidade variável, de acordo com a situação específica do migrante ou do seu grupo social e conforme o quadro conjuntural/estrutural dos países envolvidos, sejam emissores ou receptores dos fluxos migratórios. (BÓGUS, 2007, p. 41)

O século XXI acaba seguindo as mesmas características do cenário do final dos anos 1990, mas com alguns fatores a serem destacados, como o aumento da entrada de imigrantes, principalmente por conta da necessidade de mão de obra para os setores da construção em um país que atravessava um momento de grandes obras de infraestrutura e de recepção de grandes eventos, como o campeonato europeu de seleções de futebol em 2004. Para essa demanda, os grupos tradicionais dos PALOP e do Brasil, além dos europeus do leste, mantêm o predomínio em termos numéricos.

Merecem destaque também as entradas de imigrantes asiáticos, concentrados no ramo comercial independente de que, apesar de serem em número muito menor em relação aos outros grupos, se tornam mais percebidos dentro da sociedade portuguesa, principalmente nas grandes cidades (PIRES e OUTROS, 2010, p. 48).

Os cabo-verdianos, os brasileiros e os ucranianos continuam a ser os grupos mais presentes em Portugal, apesar de, nos últimos anos, os estrangeiros terem diminuído, por conta de diversos fatores, principalmente os vinculados à crise e à obtenção da nacionalidade portuguesa (PIRES e OUTROS, 2010, p. 48).

Deve-se destacar que a imigração, como algo dinâmico, continua a se modificar frente a um cenário de novos desafios. No caso português, por conta da crise, acentuam-se cenários inovadores, como o retorno dos imigrantes e a reemigração, principalmente para o que obtiveram a nacionalidade portuguesa que lhes permitiu circular por toda a área Schengen⁹ (IORIO; PEIXOTO, 2011, p. 32).

Já no cenário mundial, que também impacta em Portugal, tem-se a convicção de que “as formas de mobilidade estão actualmente em mudança, verificando-se cada vez mais um aumento dos movimentos frequentes e de curta duração, em lugar dos tradicionais movimentos episódicos e de longa duração” (IORIO; PEIXOTO, 2011, p. 36). Trata-se da hipermobilidade, na qual o número de movimentos e a velocidade destes ocorrem de forma muito intensa representando um novo desafio em termos de compreensão e regulação dos fluxos.

Pode-se concluir disso tudo que, conforme assinalam de forma correta Pires e outros (2010, p. 48), “a imigração é um facto irreversível e um dado de futuro do Portugal do século XXI”.

⁹ O Acordo de Schengen assinado entre a Alemanha, a Bélgica, a França, o Luxemburgo e os Países Baixos, em 14 de Junho de 1985, visa suprimir gradualmente os controlos nas fronteiras comuns e instaurar um regime de livre circulação para todos os nacionais dos Estados signatários, dos outros Estados da Comunidade ou de países terceiros.

A convenção de Schengen completa o acordo e define as condições de aplicação e as garantias de realização desta livre circulação. Foi assinada em 19 de Junho de 1990 pelos referidos cinco Estados-membros, mas só entrou em vigor em 1995.

O Acordo e a Convenção de Schengen, as regras adotadas com base nestes dois textos e os acordos conexos constituem o “acervo de Schengen”. Desde 1999, o acervo de Schengen foi integrado no quadro institucional e jurídico da União Europeia por força de um protocolo anexo ao Tratado de Amsterdã. Hoje o número de países membros é bastante significativo, mas não atinge a totalidade dos membros da União Europeia e continua a incluir países que não fazem parte da União.

Já a emigração, sempre presente na trajetória migratória portuguesa, mas que havia diminuído no início do século XXI, passa, a partir da crise financeira de 2008 que atingiu a União Europeia, principalmente os países do sul da Europa, a ter como consequência o aumento significativo do número de emigrantes nos últimos anos, gerando algumas tensões políticas e sociais com diversos países, como a Suíça, quando esta pensa no reestabelecimento do controle migratório para os estrangeiros, afetando diretamente os cidadãos portugueses.

Sobre os movimentos de emigração, pode-se afirmar que os tradicionais destinos são mantidos, como os países do Centro e Norte da Europa, facilitados pela área Schengen, além da retomada de movimentos para o Brasil. Países como os Estados Unidos e o Canadá também são destinos. Mas, depois do 11 de setembro, e com o aumento dos controles sobre as migrações, os números são mais modestos, em relação aos assistidos em outros períodos históricos. A novidade é o acréscimo dos destinos africanos, notadamente Angola, um dos locais do mundo que mais crescem economicamente nos últimos anos e que possuem facilitadores como um passado colonial ligado a Portugal e a forte presença de grupos lusitanos em sua economia.

Nos dizeres de Padilla e Ortiz (2012, p. 162), a última leva, denominada Globalização e anticrise, na qual há a saída de trabalhadores qualificados para as ex-colônias, como o Brasil e Angola, além de outros destinos.

Ao analisar esse cenário e vinculá-lo com as proposições políticas, o Professor Malheiros (2005, p. 268-269) destaca que:

Esta perspectiva integrada das características e da dinâmica dos sistemas migratórios que envolvem Portugal pode ser útil para a concepção das políticas migratórias contemporâneas, que devem ser adequadas a um contexto globalizado, marcado por práticas transnacionais e por possibilidades crescentes de circulação. [...] Se a política real pode justificar políticas de emigração e imigração segmentadas, a filosofia de intervenção básica das autoridades portuguesas no domínio da migração internacional deve considerar que Portugal joga simultaneamente em três tabuleiros de xadrez: o da emigração, o «lusófono» e o da Europa de Leste.

Portanto, a realidade migratória portuguesa mantém as três fases essenciais descritas no início, mas, devido à crise e ao dinamismo que vem modificando os movimentos migratórios, um novo cenário começa a se estabelecer, pois o contingente de emigrantes volta a crescer, há uma diminuição nas entradas, características que podem gerar uma quarta fase, não previsível em 2005, quando foram estabelecidas as três fases históricas.

Devido à proximidade temporal com o que está ocorrendo, fazer uma caracterização que procure estabelecer um quadro completo do que se passa é bastante complexo e, em diversos casos, pode levar à incidência de erro. Porém, algumas realidades que têm se manifestado devem ser consideradas para a análise e a proposição de medidas para a inserção de Portugal no contexto migratório. Por exemplo, apesar de presente em toda a trajetória da imigração para Portugal¹⁰ o preconceito e a xenofobia têm se manifestado de

¹⁰ Ao debater sobre a imigração brasileira em Portugal, Malheiros traz elementos importantes para se pensar a lógica de preconceito e o quanto isso pode ser impactado pelos fenômenos de crise social: “Atendendo à situação de fraco dinamismo,

forma mais contundente no país nos últimos anos, principalmente por conta de um cenário crise, no qual a figura do imigrante se torna, perante parte da opinião pública, o agente responsável pelo desemprego, pelo uso dos benefícios sociais e, em alguns casos, pelo aumento da insegurança nas localidades.

Conclusão

As delimitações relacionadas ao objeto, de caráter geográfico e temporal fazem um quadro da realidade migratória em Portugal. O país, conforme salientado no texto, passou por importantes alterações em seu quadro migratório nos últimos 60 anos e adentrou a Comunidade Europeia. A trajetória histórica das migrações nesse país, reforça o cenário de mudança contemporâneo que atingiu as migrações no cenário lusitano, como a entrada maciça de imigrantes e a continuidade de uma emigração. Além disso, essa abordagem permitiu verificar nos últimos anos a continuidade de certas nacionalidades como as predominantes no país, vinculadas, sobretudo ao passado colonial português, o que facilita a integração desses imigrantes, além de perceber a chegada de novos grupos, notadamente do Leste europeu.

Esse aumento da entrada de imigrantes possui relação com a inserção do país na Comunidade Europeia, o que representou avanços econômicos e sociais com os investimentos comunitários, proporcionando ao país tornar-se atrativo para imigrantes, levando pessoas, notadamente das ex-colônias, a procurarem-no. Portugal deixou de ser um país de eminente emigração para um país, também, de imigração.

Nos anos 1990, a entrada se torna mais significativa, trazendo impactos em termos populacionais, pois o país, de aproximadamente 10 milhões, possui quase 5% de sua população imigrante, números semelhantes aos de hoje, o que consegue garantir uma estabilidade em termos vegetativos, pois, não fossem essas constantes entradas, o país estaria passando por um processo de diminuição de sua população, o que traria graves problemas demográficos e de desenvolvimento econômico e social.

Portanto, pode-se afirmar que as migrações internacionais têm um papel relevante na trajetória portuguesa, pois, além de conferir oportunidades para seus nacionais, muitas vezes não inseridos economicamente em seu próprio país, oferecem oportunidades para que estrangeiros continuem a produzir

experimentada pela economia portuguesa, associada a uma maior presença dos imigrantes brasileiros, o risco de pequenos focos de tensão se transformarem em conflitos mais extensos não está completamente ausente, se bem que o quadro global de relacionamento entre portugueses e imigrantes brasileiros pareça bastante favorável, sobretudo se colocado em confronto com os estereótipos e as representações menos positivas e socialmente mais distantes que outros grupos de estrangeiros (africanos, europeus de Leste) possuem na sociedade portuguesa. De qualquer forma, a monitorização cuidadosa de tensões potenciais e a continuação das campanhas que realçam o contributo positivo dos imigrantes – brasileiros e outros –, para o mercado de trabalho e para a sociedade, são estratégias centrais para combater o preconceito e para prevenir o aparecimento de eventuais conflitos. Adicionalmente, a continuação do processo de reconhecimento dos direitos de cidadania aos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, não apenas do ponto de vista formal, mas sobretudo em termos substantivos, implica necessariamente uma maior responsabilização dos autóctones e dos imigrantes. Este processo requer reciprocidade, respeito pelos deveres sociais e, sobretudo, a aquisição da consciência de pertença a uma sociedade etnicamente diversa, cuja coesão depende do modo como ‘olhamos para o outro’ – o não reconhecimento e a promoção do distanciamento entre grupos, seja por via da segregação, seja pela prática de um multiculturalismo estrito que reifica as diferenças, conduzirá, inevitavelmente, ao agravamento das fracturas sociais” (2005, p. 36).

no país e confirmam um quadro demográfico que permita, senão um crescimento controlado da população, que esses índices não diminuam a ponto de poder inviabilizar setores da sociedade e da economia.

Bibliografia

- BÓGUS, L. M. M. Esperança Além-Mar: Portugal no “Arquipélago Migratório” Brasileiro. In: MALHEIROS, J. (org.). *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, 2007, p. 39-58.
- IORIO, J.; PEIXOTO, J. *Crise, Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal: Retorno, Regulação ou Resistência*. Portugal: Princípia, 2011.
- KING, R.; RIBAS MATEOS, N. Migração internacional e globalização no Mediterrâneo: o “modelo do Sul da Europa”. In: BARRETO, A. (org.). *Globalização e Migrações*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 191-222.
- MALHEIROS, J. M. Jogos de relações internacionais: repensar a posição de Portugal no arquipélago migratório global. In: BARRETO, A. (org.). *Globalização e Migrações*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 251-272.
- MOTA, I. Introdução. In: IORIO, J.; PEIXOTO, J. *Crise, Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal: Retorno, Regulação ou Resistência*. Portugal: Princípia, 2011, p. 7-11.
- PADILLA, B.; ORTIZ, A. Fluxos Migratórios em Portugal: do Boom Migratório à Desaceleração no Contexto de Crise. Balanços e desafios. *REMHU, Rev. Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, 2012, v. 20, n. 39, p. 159-184.
- PIRES, R. P. (coord.); MACHADO, F. L.; PEIXOTO, J.; VAZ, M. J.; PINHO, F.; AZEVEDO, J.; SABINO, C.; CHALANTE, S. *Portugal: Atlas das Migrações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbelkian/Tinta da China, 2010.
- REIS, R. R. *Políticas de Imigração na França e nos Estados Unidos*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- RIBAS MATEOS, N. *Una Invitación a la Sociología de las Migraciones*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2004.